

CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga

Artigo nº 226/2012

DISCUTIR O NOVO BOTA-ABAIXO

Na primeira década do século passado, a cidade do Rio de Janeiro passou pela maior reforma urbanística de toda sua história, com a demolição de todo um imenso, velho e apertado casario no centro para a abertura da Avenida Central, hoje Rio Branco, e de espaço para a construção do Teatro Municipal, da Biblioteca Nacional e do Museu de Belas Artes, da Cinelândia, da Praça Paris, entre vários outros melhoramentos.

Realmente a reforma foi bem sucedida, mudou a face da cidade e ficou como um marco de modernização inigualado. Foi uma decisão política do próprio Presidente da República, Rodrigues Alves, que nomeou, para esse fim, o prefeito Pereira Passos, um competente engenheiro que, quando jovem, havia trabalhado na grande reforma de Paris feita pelo famoso urbanista Hausseman nos anos 1860. A reforma teve, aliás, essa inspiração, com vistas a fazer do Rio a Paris dos trópicos. Claro que foi uma decisão que nem de longe passou pela tomada de opinião da população, como eram as decisões políticas da época da República Velha. Dezenas de milhares de pessoas foram desalojadas de suas casas, mas não há registro de protestos nem de juízo negativo das obras, seja no momento delas, seja a posteriori.

Outra grande demolição em massa foi feita no Rio trinta e poucos anos depois, quando da abertura da Avenida Presidente Vargas. Contra esta grande obra, que também mudou e melhorou substancialmente a circulação do centro da cidade, já se manifestaram contrariedades de vozes que lamentaram o desaparecimento de alguns monumentos históricos, como a Praça Onze, o prédio antigo da Prefeitura e a Igreja de São Pedro, mas que acabaram perdendo a força diante da necessidade da nova e ampla avenida, assim julgada num apanhado de opiniões promovido pela imprensa. Não houve nada parecido com uma consulta popular mas formou-se, a posteriori, um consenso favorável.

Entre essas duas importantes reformas urbanísticas do Rio, aconteceu, entretanto, no princípio dos anos vinte, uma outra que até hoje é muito criticada e lamentada. Teve oposição substancial na época, e Monteiro Lobato foi uma das vozes notáveis que clamaram contra o que se fazia. A oposição protestava contra a brutalidade da agressão à História da Cidade, sob uma justificativa absolutamente frívola. Foi a demolição do Morro do Castelo, uma reforma que destruiu o que havia de mais importante no Rio em termos de patrimônio histórico: o Morro do Castelo, o berço da Cidade, o sítio original com o velho prédio do colégio dos jesuítas, a igreja de São Sebastião e a fortaleza primeira. Era preciso abrir espaço para a grande exposição do Centenário que foi realizada naquela larga esplanada, e alegava-se, ademais, que era preciso arejar melhor o centro da cidade! Eram tempos ainda sem povo e sem consciência histórica. Claro que o centro ganhou uma bela área para edificação e a construção imobiliária aproveitou-a bem depois da exposição.

Hoje se lamenta triste e profundamente essa perda, mas os tempos eram de costumes políticos autoritários e positivistas, e nenhum protesto teria valido contra a decisão do Prefeito Carlos Sampaio e do Presidente Epitácio Pessoa que o tinha nomeado. Não havia democracia e não havia povo amadurecido a ser escutado.

Roberto Saturnino Braga

Contatos: saturnino.braga@uol.com.br
www.saturninobraga.com.br

CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga

Artigo nº 226/2012

Hoje, entretanto, cem anos depois, já existe povo neste nosso Rio de Janeiro, e uma prática, ainda que não institucionalizada, de audiências públicas antes da tomada de decisões importantes que afetam substancialmente a vida da população. E neste momento está em curso uma reforma urbanística de grande envergadura, provocando o que já se está chamando de “caos do Rio”, sem que tenha havido, minimamente, uma discussão pública, uma consulta à população, hoje bem amadurecida.

O Rio teve um período de prefeitura participativa há pouco mais de vinte anos, e o Brasil tem tido, desde 2002, uma política de práticas participativas a nível nacional, com a elaboração do primeiro Plano Plurianual, com audiências frequentes a vários conselhos de setores da sociedade, a várias conferências nacionais nos setores mais importantes. Neste novo ambiente, um conjunto de obras de tais dimensões, como o que se está fazendo no Rio, devia ter sido precedido de uma ampla consulta, pelo menos para balizar os eixos principais das obras. Há, é verdade, o fator emergencial extraordinário dos grandes eventos esportivos a se realizarem nos próximos anos, para os quais foram assumidos alguns compromissos de reurbanização que têm de ser cumpridos. Mas até para essas obras necessárias, a forma de execução poderia e deveria ter sido discutida com representações da sociedade que vai sofrer as consequências num dia a dia tumultuado e demorado.

E há, dentro desse conjunto, algumas obras que nada têm a ver com os compromissos internacionais e que terão consequências extremamente negativas para a vida da Cidade. Refiro-me, por exemplo, à demolição do viaduto da Perimetral, cuja finalidade é valorizar os imóveis da região do chamado Porto Maravilha.

Não estou querendo influir sobre o próximo pleito municipal, cujo resultado, aliás, parece já estar definido, mas chamar a opinião da Cidade a exigir uma discussão dessas obras ainda que tardia, a começar pela demolição do viaduto referido, que vai custar uma soma avultada, vai prejudicar enormemente a circulação no centro e dificultar a operação do que resta do Porto do Rio no Caju.

Afinal, o Rio deve dar exemplo de cidadania e mostrar que não vivemos mais numa época de política autoritária mas de democracia definitivamente estabelecida!

Roberto Saturnino Braga

Contatos: saturnino.braga@uol.com.br
www.saturninobraga.com.br